



Malan (E) participa do debate com os senadores na sessão plenária presidida por Antonio Carlos Magalhães. À direita, Levy Dias

Malan explica a senadores operação para sanear bancos

Questionado por nove parlamentares no plenário do Senado, ministro da Fazenda garante que governo "não salvou banqueiros", mas evitou o colapso do sistema financeiro



Requião, Geraldo Melo e Cabral participam da reunião da CPI em que Celso Pita foi ouvido

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, garantiu ontem que o governo "não salvou banqueiros" e, sim, evitou o colapso do sistema financeiro e, conseqüentemente, que milhões de pessoas perdessem dinheiro de suas contas bancárias ou depósitos em cadernetas de poupança. Malan compareceu ao Senado para explicar a compra do Bamerindus pelo Hong-Kong and Shanghai Banking Corporation, atendendo a requerimento encabeçado pelo senador Eduardo Suplicy. Questionado por nove senadores, o ministro explicou que o saneamento do sistema financeiro exigiu do Banco Central 3,8% do PIB, mas todo o dinheiro foi liberado sob garantia. Ele considerou o custo baixo, comparado ao da Argentina (13%) e do Chile (15%).

Páginas 4 e 5

Devolução de adiantamento de férias pode mudar

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto que divide em dez parcelas a devolução do adiantamento de férias. **Página 6**

Pitta contesta e Requião reafirma relatório da CPI

Ao depor ontem perante a CPI dos Precatórios, o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, contestou o relatório do senador Roberto Requião, que por sua vez, considerou inconsistentes os argumentos de Pitta. O senador José Serra criticou a emissão de papéis em quantidade acima dos precatórios que a prefeitura tinha que pagar. **Página 2**

Celso Pitta contesta relatório da CPI

Roberto Requião considera inconsistentes argumentos do prefeito de São Paulo, enquanto José Serra cobra explicação sobre deságio de R\$ 1,7 milhão para a distribuidora Contrato

Secretário de Finanças do município de São Paulo na gestão de Paulo Maluf, o atual prefeito Celso Pitta apresentou-se ontem à CPI dos Precatórios para repudiar o relatório que afirma ter aquela prefeitura gasto em outras finalidades dinheiro arrecadado com a emissão de títulos. O relator, Roberto Requião (PMDB-PR), disse que esses recursos só poderiam ser utilizados para pagar débitos judiciais.

O prefeito fez uma análise crítica de todo o relatório, concluindo que ele foi redigido de forma facciosa, "talvez sem boa-fé". Ele disse que o lançamento de papéis pela prefeitura paulistana se iniciou em 1989 (administração Luiza Erudinda) e que, quando exerceu o cargo de secretário de Finanças, apenas seguiu "a linha de continuidade" do que vinha sendo feito. Enfatizou que todas as emissões foram aprovadas pelo Senado e pelo Banco Central e esclareceu que "não se inventou nem se criou nada

ali em matéria de títulos".

Pitta defendeu-se também de relatório do Banco Central que o acusa de ter mascarado uma operação financeira que, em 1994, beneficiou a distribuidora Contrato. O então secretário teria determinado a venda e recompra de títulos à Contrato com um deságio que resultou num prejuízo de R\$ 1,7 milhão para o município. O prefeito defendeu-se dizendo que, se não recomprasse os papéis, havia o risco de a corretora, sem condições de vendê-los, tentar resgatá-los imediatamente. E a prefeitura não tinha como fazer isso.

Depois de afirmar que "faltou conhecimento ao assessor do Senado que redigiu o relatório para a CPI", Pitta afirmou:

- Repudio inteiramente esse relatório por não ter substância. Todas as suas conclusões são falaciosas. Quem redigiu não se deteve em entender a

complexidade do assunto. Além do mais, o Tribunal de Contas não aprovaria as contas da prefeitura se houvesse irregularidade com relação a precatórios.

O senador Roberto Requião criticou a defesa de Pitta, dizendo que ele repetiu argumentos inconsistentes, e explicou que o relatório não foi produzido por nenhum assessor. "O relatório quem redigiu fui eu. Eu, como relator, assumo a responsabilidade pelo que escrevi. O relatório é verdadeiro. Sua lista de precatórios é que não lastreia os valores apresentados quando pediu autorização para emitir títulos", disse o relator.

Requião também afirmou que jogar para o Banco Central e para o Senado a responsabilidade na emissão irregular de títulos é inútil porque "está evidente que a contagem dos precatórios para justificar as emis-

sões de títulos em São Paulo pode ter sido não apenas duplicada, mas triplicada".

O senador José Serra (PSDB-SP) também criticou a emissão de papéis em quantidade acima dos precatórios que a prefeitura tinha para pagar e insistiu em que o prefeito explicasse por que beneficiou a distribuidora Contrato com um deságio de R\$ 1,7 milhão na venda e recompra de títulos públicos. Para Serra, "houve uma perda para o Tesouro em favor de instituições financeiras privadas e num esquema de lavagem de dinheiro".

O prefeito respondeu que a operação foi necessária porque gerou caixa para a prefeitura num momento em que ela precisava muito disso. Ele disse que essa operação se incluiu num conjunto de negócios em que a prefeitura obteve excelente captação líquida de recursos, embora tenha arcado com um custo de R\$ 1,7 milhão. Serra continuou entendendo que essa operação "foi absolutamente desnecessária".

**Para Requião,
"lista de
precatórios não
lastreia valores
apresentados"**

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despachos internos

11h - Recebe o prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde

11h30 - Recebe o presidente em exercício do Tribunal de Contas da União - TCU, Paulo Afonso Martins de Oliveira, acompanhado do ministro Fernando Gonçalves

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

17h - Recebe integrantes da Junta Diretora do Inter-American Dialogue

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: No tempo destinado à **Hora do Expediente** será prestada homenagem aos 175 anos da Maçonaria no Brasil. **Oradores inscritos:** senadores Esperidião Amin e Valmir Campelo. **Apreciação de diversas matérias, destacando-se:** "Projeto de Resolução nº 41/97, que acrescenta dispositivo à Resolução nº 69/95, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização"; "Projeto de Decreto Legislativo nº 13/97, que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 25.03.96"; e "Projeto de Decreto Legislativo nº 25/97, que aprova o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação e/ou Seca, assinada pelo governo brasileiro, em Paris, em 15.10.94.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos"; "PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira"; "PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais"; "PLS nº 153/96 (terminativo), que acrescenta incisos ao art. 19 da Lei nº 8.629/93, que incluem ex-proprietários de áreas alienadas para fins de pagamentos de débitos originados de operações de crédito rural na ordem preferencial de distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária"; "PLS nº 195/96 (terminativo), que dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação"; e "Ofício S nº 40/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado do Espírito Santo, sobre o refinanciamento da Dívida Mobiliária do estado, as operações da ARO e empréstimos contraídos junto à CEF. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS - Complementar nº 318/91, que determina os casos em que Forças Estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional"; e "Mensagem nº 93/97, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do diplomata Afonso Celso de Azevedo para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Áustria, exercer o mesmo cargo junto à Croácia. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação do "PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Senadores são condecorados pela Marinha

Em cerimônia com a presença do presidente da República, receberam medalhas da Ordem do Mérito Naval Lúcio Alcântara, Geraldo Melo, Agripino Maia e Romero Jucá

O senador Antonio Carlos Magalhães, na condição de presidente do Congresso Nacional, participou ontem da solenidade de entrega das condecorações da Ordem do Mérito Naval, ao lado do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, do vice-presidente, Marco Maciel, dos ministros militares e outras autoridades. Na ocasião, foram condecorados os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), Agripino Maia (PFL-RN), Romero Jucá (PFL-RR) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

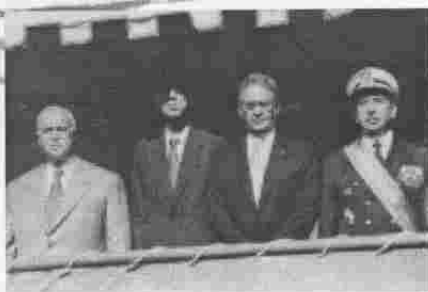
Antonio Carlos preferiu não fazer declarações à imprensa, mas revelou que fará "todo o possível" para recuperar o espírito do projeto original da reforma administrativa, assim que a matéria passar da Câmara dos Deputados para o Sena-



Senadores recebem a condecoração, durante a solenidade promovida pela Marinha do Brasil

do. Com relação à derrota do governo na apreciação de diversos destaques do projeto da reforma administrativa na Câmara, o senador observou que "nenhuma derrota é cruel, pois, assim como as vitórias, elas são efêmeras".

O presidente do Senado, no pátio com Marco Maciel e Fernando Henrique Cardoso



Empresário tem pressa na criação da Agência Nacional de Energia

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom), João Pedro Gouvêa Vieira, fez apelo ontem ao presidente do Senado, Antonio



Antonio Carlos recebe Gouvêa Vieira

Carlos Magalhães, no sentido de uma rápida tramitação na Casa do projeto que cria a Agência Nacional de Energia

e fixa normas para a real abertura do setor petrolífero e a realização de parcerias entre capitais privados e estatais.

Antonio Carlos destaca obra de João Alves sobre Nordeste

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, ao comparecer ao lançamento do livro *Nordeste - Estratégia para o sucesso*, de autoria do ex-governador de Sergipe, João Alves, que a obra merece ser lida por todos os que

se interessam pelos problemas regionais, representando "um bom roteiro para tudo que se quer realizar para o Nordeste".

Antonio Carlos observou que o autor é um dos maiores conhecedores da situação nordestina.

Paraná pede a presidente do Senado por financiamentos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comprometeu-se ontem, diante de uma comitiva de políticos, empresários e sindicalistas do Paraná, a conversar com os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e as lideranças partidárias, no sentido de agilizar a votação de propostas de financiamentos externos para aquele estado.

Embora não tenha opinado quanto ao mérito de exigências feitas por senadores encarregados do exame da matéria, as quais, segundo os membros da comitiva, estariam bloqueando a apreciação do assunto pelo Senado, Antonio Carlos reconheceu que "a demora é excessiva, e isso não é normal; o comum é que a matéria tramite com rapidez".



Lideranças paranaenses com ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães ressaltou não ter poder de interferir nas atividades da CAE, mas disse que está interessado em encontrar uma solução, e para isso usará o "poder de convencimento", como parte dos deveres do cargo que ocupa, e independente de considerações de ordem político-partidária.

O grupo, chefiado pelo prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, entregou ao presidente do Senado documento reivindicando a liberação de cerca de um bilhão de reais em financiamentos externos.

MALAN NO SENADO

Ministro explica saneamento de bancos

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou ontem, durante debate em plenário com senadores, que o Tesouro terá de pagar "alguma coisa" do programa de saneamento de bancos. Ressalvou, no entanto, que "será um gasto ínfimo" comparado ao que seria necessário caso o governo tivesse deixado o sistema financeiro quebrar.

Malan compareceu ao Senado para explicar a compra

do senador Eduardo Suplicy sustentou que o governo fez concessões "excessivas" ao HSBC na negociação, lembrando que o Banco Central gastou R\$ 5,8 bilhões só nesta operação. Malan afirmou várias vezes que o governo "não salvou banqueiros", mas evitou o colapso do sistema financeiro e, conseqüentemente, que milhões de pessoas perdessem dinheiro de suas contas bancárias ou depósitos em cadernetas de poupança.

O saneamento do sistema financeiro brasileiro, conforme Malan, exigiu do Banco Central 3,8% do PIB, mas todo o dinheiro liberado "foi feito sob garantia", o que permitirá ao BC recuperar seus gastos. "Um



Eduardo Suplicy

saneamento do sistema financeiro de 3,8% do PIB é um custo baixo, comparando com os 13% da Argentina e 15% do Chile", assinalou. O ministro compareceu ao plenário acompanhado do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e do diretor Cláudio Mauch.



Jefferson Peres

Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou que o governo enfrenta dois problemas sérios - déficit público e déficit nas contas externas - e quis saber do ministro se o governo tem uma estratégia para resolvê-los. Malan opinou que o Brasil "não precisa mais ter



Pedro Simon

mega-superávits na balança comercial" porque há grande entrada de capital estrangeiro, mas concordou que ainda não está solucionado o déficit fiscal.

Pedro Simon (PMDB-RS) leu notícia publicada terça-feira sobre documento do TCU,

BC considerou "inaceitável" proposta do Bamerindus

Em exposição feita ontem ao plenário do Senado a respeito das negociações que resultaram na venda, no início de abril, do Banco Bamerindus ao Hong-Kong and Shanghai Banking Corporation (HSBC), o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ter a "tranquila convicção" de que o governo fez o que devia ser feito. A alternativa, proposta pelos controladores do Bamerindus, implicaria a transferência de controle acionário do banco ao longo de dois anos e meio, com linhas de crédito do Banco Central, amparo do Proer e flexibi-

lização temporária de índices técnicos e operacionais obrigatórios, acrescentou.

- A conclusão do Banco Central foi a de que o plano era inaceitável, porque se baseava em tratamento de apoio excepcional por parte do BC em relação ao banco - frisou. A proposta do Bamerindus foi avaliada como tendo baixa probabilidade de reverter o desempenho financeiro da instituição, continuou, além de não prever qualquer aporte de recursos próprios dos controladores para a capitalização do banco.

Quanto à razão pela qual a operação de transferência de controle foi feita com o

HSBC, Malan afirmou que "não surgiu, em prazo hábil, nenhuma grande instituição disposta a assumir o controle acionário do Bamerindus". Uma outra instituição interessada, que o ministro disse ter sido "contatada pelo antigo acionista controlador", tinha 6% do capital do Bamerindus.

No histórico que fez da situação do banco, Malan destacou que, entre junho de 1995 e dezembro de 1996, o Bamerindus teve uma redução de 37% nos seus depósitos a prazo, e de 78% nos depósitos a vista, com perdas líquidas de captação da ordem de R\$ 4,8 bilhões. Em

abril de 1996, os administradores do Bamerindus foram convocados ao BC e cientificados da necessidade de garantirem R\$ 2,7 bilhões em aporte de recursos ou desmobilização de ativos. Em novembro do mesmo ano, o BC comunicou ao banco que era imprescindível uma ampla reorganização administrativa, operacional e societária, sobretudo "a alienação de seu controle acionário, como forma de resgate da credibilidade da instituição". Um mês depois veio a proposta do Bamerindus, avaliada como inaceitável.

MALAN NO SENADO

o qual informa que o Banco Central usou dinheiro do Proer em outros três bancos, mas não divulgou seus nomes. O ministro ponderou que as três instituições são sólidas e só tomaram recursos do Proer para assumir partes de bancos em liquidação. Simon pediu ainda que o Meridional, prestes a ser privatizado, seja preservado e se transforme no banco do Mercosul. Malan citou a existência de seis bancos estatais no Sul do país, mas pediu cópia de projeto de Simon sobre a não-privatização do Meridional.

Gilberto Miranda (PFL-AM) também questionou o que considerou "vantagens financeiras" concedidas pelo Banco Central ao HSBC, frisando que, "no final das contas, o HSBC, ao invés de pagar uma compensação pela compra do Bamerindus, já devidamente saneado, estará recebendo algo em torno de R\$ 200 milhões". Miranda fez ainda outras perguntas com detalhes técnicos da operação e o ministro comprometeu-se a dar as respostas por escrito.

Apresentando números sobre a negociação, Roberto Requião (PMDB-PR) assinalou, entre outras coisas, que o HSBC teria obtido vantagens na negociação que chegariam a US\$ 1,8 bilhão. Malan pediu para responder por escrito mais tarde, porque não dispunha de todos



Gilberto Miranda



Roberto Requião



Ademir Andrade



Esperidião Amin



Antonio Carlos Valadares



Levy Dias

os dados. No entanto, ponderou que, no dia do fechamento da negociação, o patrimônio do Bamerindus estava negativo, por causa da corrida de correntistas ao banco. Assim, a seu ver, não se pode analisar a situação com base no patrimônio contábil do Bamerindus.

Ademir Andrade (PSB-PA), além de fazer perguntas sobre o Bamerindus, quis saber quais os rumos das contas externas do país e como resolver o problema da dívida pú-

blica, que pulou no atual governo de R\$ 64 bilhões para cerca de R\$ 190 bilhões. O ministro, depois de afirmar que a dívida "vem se estabilizando", frisou que ela será paga com superávits fiscais. Esperidião Amin (PPB-SC) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) quiseram saber quando o Proer acabará. Obtiveram do ministro apenas a garantia de que "seu tempo agora será reduzido".

Levy Dias (PPB-MS) pediu

ao ministro redução nas taxas de juros dos empréstimos com recursos do Fundo Constitucional para o Centro-Oeste. O ministro disse que analisaria a situação. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou, ao final, que o Legislativo tem debatido todas as reformas propostas pelo governo e nem sempre os atrasos podem ser creditados ao Congresso. "O Congresso tem feito o máximo que se pode fazer", disse.

"Interesse do governo não foi o de defender banqueiros"

Antes de explicar a venda do Bamerindus ao HSBC, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, traçou um quadro mais amplo da situação do sistema financeiro no contexto da estabilidade monetária inaugurada com a instituição do Plano Real. Desde 1993, salientou, os analistas econômicos sabiam que as dimensões do sistema financeiro de então só eram compatíveis

com altos índices inflacionários.

A receita inflacionária representava, na época, cerca de 35% das receitas das instituições financeiras, mais de 60% delas apropriadas pelos bancos federais e estaduais, ressaltou. Com a estabilidade, "havia possibilidade de risco sistêmico, hoje totalmente superado". Nesse caso, "o governo, como qualquer governo, tem interesse não em defen-

der os banqueiros, como o dizem os desavisados e politicamente motivados", mas os milhares de correntistas e poupadores, pessoas físicas e jurídicas.

Em defesa do programa de reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro, o Proer, Malan acentuou que "é uma atitude leviana e irresponsável a daqueles que acham que não há nenhum problema em deixar um banco quebrar". Quan-

to ao custo do programa, o ministro lembrou Mário Henrique Simonsen para dizer que "o custo fiscal só é conhecido *a posteriori*, a partir de uma análise dos ativos dos bancos liquidados sob administração do BC".

Para Malan, é inaceitável e motivo de desencanto que análises "ditas técnicas" confundam empréstimos com garantia com gastos orçamentários.

Benedita propõe punir empresa que use trabalho infantil

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apresentou ontem projeto de lei que impede a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, financiamentos e contratação de empresas que utilizem trabalho infantil, direta ou indiretamente.

Segundo Benedita, essas medidas são "duras como exige a magnitude do problema" e vão operar para a dissuasão e repressão à utilização de mão-de-obra infantil no país. A senadora ressaltou, no entanto, que essas vedações não se aplicam à utilização do trabalho do menor na condição de aprendiz, desde que atendidas as disposições legais presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente. As empresas interessadas na obtenção de benefícios, incentivos e financiamentos deverão apresentar certificado de regularidade expedido pelo Ministério do Trabalho.



Benedita

Para Benedita da Silva, a exploração do trabalho de crianças é uma dimensão do "círculo vicioso da pobreza típico de países de terceiro mundo: ao se tornar precocemente em força de trabalho, a criança submete-se a condições de trabalho incompatíveis com seu grau de desenvolvimento psicofísico, recebe remuneração inferior à do trabalhador adulto, deixa de estudar e ocupa o posto de trabalho de um adulto".

Na opinião da senadora, os programas governamentais e interinstitucionais que cuidam da questão, como o Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil, têm-se revelado "tímidos em seus resultados, o mesmo acontecendo com as ações de fiscalização do Ministério do Trabalho".



O senador Ademir Andrade preside a reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado

Devolução do adiantamento de férias poderá ser parcelada

É o que determina projeto do senador Hugo Napoleão, aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais

Os trabalhadores poderão devolver às empresas em dez parcelas, sem qualquer acréscimo, o adiantamento salarial que recebem para o gozo de suas férias. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Ao justificar o projeto, o senador Hugo Napoleão argumentou que o ressarcimento em uma só vez, como acontece atualmente, faz com que o trabalhador, na prática, fique 60 dias sem receber salário, "situação que causa enormes transtornos financeiros".

Outra proposição terminativa que mereceu acolhimento da Comissão de Assuntos Sociais é a que institui o Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense (PGPMT), de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT).

Relator da proposição, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) incorporou ao seu parecer emenda das senadoras Emília Fernandes (PTB-RS) e Benedita da Silva (PT-RJ), permitindo que o PGPMT interfira na navegação fluvial para fazer

cumprir a legislação ambiental.

A comissão aprovou parecer do senador Romero Jucá (PFL-RR) a projeto do ex-senador Pedro Piva, dispondo que os planos de saúde, seguros-saúde e similares deverão manter os patamares de mensalidades vinculados à idade de ingresso do usuário no sistema. Conforme Jucá, o patamar das mensalidades também deverá obser-

var "o prêmio vinculado".

Parecer do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), incluindo oito emendas que apresentou ao projeto da Câmara que regula a profissão de bombeiro civil, também foi aprovado. O relator acredita que a medida poderá dispensar "o Corpo de Bombeiros Militar do atendimento de sinistros de menor gravidade".

CAS aprova seguro-desemprego para seringueiro profissional

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional.

A medida visa amparar esses trabalhadores durante o período anual em que as chuvas impedem a extração do látex. O benefício previsto é de um salário mínimo. A proposta, que teve como relatora a senadora Marina Silva (PT-AC), será enviada à apreciação da Câmara.

De acordo com o projeto, só terá direito ao seguro o seringueiro que exerça sua ativi-

dade de forma contínua, sem utilizar-se da contratação de terceiros. Nabor disse que, basicamente, sua proposta pretende estender para os seringueiros um direito já assegurado aos pescadores, que recebem o benefício no período da piracema, quando a pesca é proibida.

Marina Silva introduziu modificações no projeto, estabelecendo que o Ibama ouvirá o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) para definir tanto o período de concessão do seguro-desemprego como para providenciar o registro profissional do beneficiário.

Rocha quer humanizar atendimento

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ontem que relatará na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) as emendas de plenário apresentadas ao projeto do deputado Paulo Delgado que trata da reforma do atendimento psiquiátrico, atendendo indicação do senador Ademir Andrade (PSB-PA), presidente da comissão.

O projeto, segundo o senador, prevê a extinção progressiva dos hospitais psiquiátricos e sua



Rocha

substituição por outros recursos terapêuticos, medida "que tem provocado grandes polêmicas". Sebastião Rocha anunciou que apresentará substitutivo para introduzir modificações que garantam aos portadores de doenças mentais um tratamento condizente com o "processo de humanização por que passam todas as unidades e os sistemas de tratamento dessa doença no mundo e no Brasil".

Isabela canta Fogaça, hoje, na biblioteca

Dando prosseguimento ao Projeto "Quintas Culturais", a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, realiza hoje, às 18h, a apresentação *Isabela canta Fogaça*, com o senador José Fogaça (PMDB-RS) e senhora, em comemoração ao Dia dos Namorados.

O evento, que será realizado na Sala de Leitura da Biblioteca, conta, ainda, com a participação da Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal e terá 10 músicas compostas por Fogaça cantadas por sua mulher Isabela Fogaça, com arranjos de Cláudio Vinicius.



O plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, reunido ontem

CCJ aprova a proposta que uniformiza protesto de títulos

Relator destaca que projeto institui "mecanismos que proporcionam desempenho mais ágil e compatível com os tempos modernos"

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei da Câmara que pretende uniformizar em todo o país os procedimentos relativos ao protesto de títulos, letras e documentos. O texto será ainda submetido ao plenário do Senado.

O projeto está dividido em 14 capítulos - da competência e das atribuições, da ordem dos serviços, da distribuição, da

apresentação e protocolização, do prazo, da intimação, da desistência e sustação do protesto, do pagamento, do registro do protesto, das averbações e do cancelamento, das certidões e informações do protesto, dos livros e arquivos, dos emolumentos e das disposições finais.

O relator da matéria, Esperidião Amin (PPB-SC), afirmou que a proposição, se adotada, dotará o país "de uma lei que

funcionará como um verdadeiro código de procedimentos no que se refere a protestos de títulos e outros documentos de dívidas, possibilitando a todos saber como o serviço será realizado, independentemente da unidade federativa em que se encontre. Além disso, esses serviços passam a contar com mecanismos que proporcionam desempenho mais ágil e compatível com os tempos modernos".

Recondução de Brindeiro à Procuradoria

Por 20 votos a um, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob a presidência do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou a recondução de Geraldo Brindeiro ao cargo de procurador-geral da República. Ele foi argüido em sessão pública e cumprirá mais dois anos de mandato.

Relator da mensagem presidencial, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) destacou a luta de Geraldo Brindeiro em favor dos direitos humanos e a importância da contribuição que vem oferecendo ao ordenamento jurídico no país. Bernardo Cabral ressaltou, como presidente da CPI que apura as fraudes dos precatórios, a colaboração da Procuradoria Geral da Repúbli-

ca no desenvolvimento dos trabalhos da comissão.

Geraldo Brindeiro, por sua vez, disse ter recebido a indicação presidencial com humildade e responsabilidade. Enfatizou ser seu objetivo atender aos compromissos da sua função com a independência conferida ao cargo pela Constituição de 1988.

Ele prestou contas das principais realizações administrativas que pôde conduzir, como a modernização e profissionalização do Ministério Público, a execução de planos de carreira e o aperfeiçoamento do quadro institucional, além da introdução da Internet na Procuradoria.

Brindeiro defendeu, por um lado, a emenda que veda aos membros do Ministério Público vinculações político-parti-

dárias e, por outro, o efeito vinculante das súmulas dos tribunais superiores, medida que, a seu ver, acabará com o congestionamento crônico de processos nos tribunais do país. Ele é favorável à reforma do Judiciário e pregou um maior aperfeiçoamento da Polícia Federal para o combate aos crimes de colarinho-branco.

Brindeiro foi sabatinado pelos senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Roberto Requião (PMDB-PR), Marina Silva (PT-AC), Pedro Simon (PMDB-RS), Bené Veras (PSDB-CE) e Ramez Tebet (PMDB-MS). Participaram ainda os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e José Fogaça (PMDB-RS).

Real agrava problemas sociais, diz Júnia

O aumento do desemprego tem provocado o crescimento cada vez maior da pobreza, da miséria e da fome, observa a senadora, ao comentar a perda de credibilidade do plano



Leomar Quintanilha

Governador do Tocantins na Patagônia

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) anunciou ontem a presença do governador do Tocantins, Siqueira Campos, no encontro de governadores das regiões Amazônia e da Patagônia, neste fim de semana, na província argentina da Patagônia. Segundo o senador, o embarque da comitiva do governador tocanense foi ontem, às 18h.

Leomar Quintanilha, que também participará da reunião, disse que durante o encontro os governadores deverão tratar das relações comerciais entre os estados de ambas as regiões, para a busca de investimentos como forma de incrementar a geração de empregos e de riqueza para os estados do Norte do Brasil e do Sul da Argentina.

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) destacou ontem resultado de pesquisa sobre o programa econômico do governo, a estabilização da moeda e o Plano Real, revelando a redução da confiança que o programa tem hoje junto à sociedade. A pesquisa foi realizada pela Confederação Nacional da Indústria.

Para Júnia Marise, "essa queda da credibilidade na economia mostra que o governo não se ateu à correção de alguns pontos necessários para o resgate dos problemas sociais brasileiros".

Na opinião da senadora, al-

gumas questões sociais estão se agravando "de forma assustadora no país". Entre elas, Júnia Marise citou o caso do desemprego, destacando que, em São Paulo, mais de 1 milhão de pessoas perderam o trabalho; na região metropolitana de Belo Horizonte, 227 mil trabalhadores estão desempregados.

O aumento do desemprego, conforme observou Júnia Marise, tem provocado também o crescimento cada vez maior da pobreza, da miséria e da fome.

Júnia Marise disse que ou-

tra solicitação da sociedade ao governo é a implementação de um programa de construção de moradia popular, destacando que, em Belo Horizonte, existem 12 acampamentos de sem-teto que querem uma casa para morar.

Finalmente, a senadora anunciou que fará pronunciamento, na próxima semana, para analisar a proposta de reforma da Previdência Social, por entender que os aposentados não podem ter seus direitos confiscados.



Júnia Marise

Alcântara: desemprego é o desafio

"Uma sociedade na qual uma parte dos indivíduos não tem acesso às condições mínimas necessárias a uma vida digna não pode ser uma sociedade desenvolvida", disse ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao tratar da questão do desemprego no país.

Segundo o senador, citando pesquisa feita no ano passado pela Toledo e Associados, 41% dos brasileiros têm o desemprego como o principal problema a cuja solução o governo deveria se dedicar. Alcântara afir-

mou que a população economicamente ativa cresceu mais de 20% em 10 anos, e nesse mesmo período o número de empregados com carteiras assinadas aumentou apenas 9%. Soma-se a isso o fato de que cerca de 1 milhão e 600 mil jovens ingressam a cada ano no mercado de trabalho.

Para Alcântara, a oferta de empregos está mudando segundo os setores da economia. "Enquanto ela encolhe no setor industrial, cresce nos setores de serviços e no comércio." A seu ver, a ex-

tinção de postos de trabalho na indústria se deve principalmente às mudanças tecnológicas e organizacionais nas empresas, praticadas em face da abertura do mercado a produtos estrangeiros. Conforme disse, também há desemprego no campo. Em Pernambuco, nas áreas de plantio de cana-de-açúcar, cerca de 70 mil postos de trabalho desapareceram entre os anos oitenta e 1995.

O senador citou entre as causas do desemprego o pequeno crescimento econômico, a política de juros internos altos, a sobrevalorização cambial e a abertura do mercado.



Lúcio Alcântara

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E GERALDO MELO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.